



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS DE PIO IX
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

IZABEL AMÉLIA DE SOUSA NETA

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS AUTISTAS

PIO IX
2023

IZABEL AMÉLIA DE SOUSA NETA

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS AUTISTAS

Trabalho de Conclusão do Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Especial e Inclusiva no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Pio IX.

Orientador (a): Prof. Dr. Miguel Antônio Rodrigues

PIO IX
2023

IZABEL AMÉLIA DE SOUSA NETA

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS AUTISTAS

Projeto de pesquisa apresentado como exigência para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico I do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Polo de Pio IX.

Aprovada em: 08/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Miguel Antônio Rodrigues – IFPI
Orientador e Presidente da Banca

Prof (a). Alessandra Santos Nunes
Membro Avaliador

Prof (a).Haciane Moreira da Silva Teixeira
Membro Avaliador

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS AUTISTAS

Izabel Amélia de Sousa Neta¹

RESUMO

O transtorno do espectro autista (TEA) é um dos transtornos do neurodesenvolvimento mais prevalentes na infância. É caracterizado por déficit na comunicação e interação social e padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses ou atividades. Por ser objeto de inúmeras pesquisas nos últimos anos, o processo de aprendizagem de crianças com TEA é foco dos diferentes profissionais que atuam na área educacional, bem como dos familiares, que percebem as dificuldades em sala de aula para o atendimento com qualidade desse alunado. Assim, o objetivo deste trabalho é explorar, na literatura científica, publicações que destaquem como se dá processo de aprendizagem de crianças com TEA. A revisão bibliográfica em artigos científicos, livros, legislações vigentes e manuais que abordavam o tema foi realizada nas bases de dados Periódicos Capes, SciELO e Google Acadêmico. Para a busca foram utilizados as palavras-chave: autismo, educação especial e aprendizagem e suas combinações foram utilizadas na realização da pesquisa. Durante a pesquisa, as palavras-chave serão interligadas com auxílio da partícula “AND”. O delineamento temporal aplicado será dos últimos cinco anos, contando a partir de 2023. Após isso foram excluídos os trabalhos ou pesquisas incompletos, textos que não estejam dentro da temática do trabalho, e artigos que abordem a investigação do processo de aprendizagem em adultos e no ensino superior.

Palavras-chave: TEA; práticas pedagógicas; aprendizagem.

¹ Licenciada em Química. Acadêmica do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva. Instituto Federal do Piauí. E-mail: izabel_sousa17@hotmail.com

ABSTRACT

Autism spectrum disorder (ASD) is one of the most prevalent neurodevelopmental disorders in childhood. It is characterized by deficits in communication and social interaction and repetitive and restricted patterns of behavior, interests or activities. As it has been the subject of countless research in recent years, the learning process of children with ASD is the focus of different professionals who work in the educational area, as well as family members, who perceive the difficulties in the classroom in providing quality care for these students. Thus, the objective of this work is to explore, in the scientific literature, publications that highlight how the learning process occurs in children with ASD. The bibliographic review of scientific articles, books, current legislation and manuals that addressed the topic was carried out in the Periódicos Capes, SciELO and Google Scholar databases. The keywords used for the search were: autism, special education and learning and their combinations were used to carry out the research. During the search, the keywords will be linked together with the help of the “AND” particle. The time frame applied will be the last five years, counting from 2023. After that, incomplete works or research, texts that are not within the theme of the work, and articles that address the investigation of the learning process in adults and in the University education.

Keywords: TEA; pedagogical practices; learning.

1 INTRODUÇÃO

O termo autismo foi citado pela primeira vez em 1906, e ao longo do tempo teve sua classificação alterada pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), no qual, atualmente, é denominado Transtorno do Espectro Autista – TEA (Medeiros, 2021).

Segundo Almeida *et al* (2018), o transtorno do espectro autista (TEA) é um dos transtornos do neurodesenvolvimento mais prevalentes na infância e caracteriza-se pelo comprometimento de dois domínios centrais: 1) déficits na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses ou atividades. A partir da 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) em 2013, o TEA agregou o transtorno autista (autismo), a síndrome de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância e o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, que apareciam como subtipos do transtorno global do desenvolvimento na edição anterior, DSM-IV.

O TEA tem origem nos primeiros anos de vida, mas sua trajetória inicial não é uniforme. Em algumas crianças, os sintomas são aparentes logo após o nascimento. Na maioria dos casos, no entanto, os sintomas do TEA só são consistentemente identificados entre os 12 e 24 meses de idade. No entanto, o diagnóstico do TEA ocorre, em média, aos 4 ou 5 anos de idade. Essa situação é lamentável, tendo em vista que a intervenção precoce está associada a ganhos significativos no funcionamento cognitivo e adaptativo da criança. (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019).

O TEA vem sendo objeto de ampla discussão nos últimos anos. O processo de aprendizagem desse alunado é foco de preocupação dos diferentes profissionais que atuam na área, bem como dos familiares, que percebem as dificuldades em sala de aula para o atendimento de qualidade de ensino destes alunos (Benute, 2020).

Sabe-se que o autismo se trata de uma condição, com prejuízo em diversas áreas do desenvolvimento e por isso necessita de tratamento multidisciplinar. Em muitos casos o atendimento precisa ser especializado e individualizado, a depender do nível de comprometimento a intervenção precoce e bem implementada consegue reduzir comportamentos inadequados e maximizar as habilidades desses alunos (Medeiros, 2021).

As diferenças dos processos sociais característicos do autismo podem impactar na qualidade da vida diária e social das pessoas com TEA, bem como o processo de aprendizagem, independentemente do ambiente cultural (Digard *et al.*, 2020).

A literatura especializada observa que os indivíduos com autismo geralmente têm dificuldade em aprender relações arbitrárias, ensinadas diretamente em contextos naturais ou em situações de ensino planejadas, como no ambiente escolar, especialmente quando tentativas em pares são feitas usando modelos típicos, estímulos abstratos ou estímulos auditivos (Barbosa; Figueiró, 2021).

Dessa forma, em consequência às características próprias do autismo, entre elas, a deficiência intelectual, as crianças com autismo apresentam algumas necessidades especiais no processo de aprendizagem e têm a necessitam de acompanhamento especializado para auxiliar sua vida escolar. Um dos pontos chave para proporcionar o processo de ensino-aprendizagem

adequado para crianças com TEA é a inclusão no ambiente escolar, pois além de favorecer a vida em sociedade, incluir crianças com TEA poderá evitar os impactos nocivos do isolamento social, promovendo oportunidades de interação e redução de rejeições. Embora a inclusão escolar seja um desafio complexo, o engajamento e a capacitação de profissionais da educação podem contribuir para viabilizar esse processo na prática (Menezes; Machado; Smeha, 2015).

Considerando-se que o Transtorno do Espectro Autista atualmente, é uma das temáticas mais debatidas e estudadas quando se trata de educação especial e inclusiva, investigar como se dá o processo de ensino-aprendizagem em crianças autistas é de grande relevância para a formação de profissionais que lidam diretamente com este público. Assim, este estudo tem como objetivo geral identificar, na literatura científica, publicações que enfoquem como se dá o acesso de aprendizagem de autistas. Destacando para o papel da educação inclusiva e de profissionais capacitados nesse processo.

Este trabalho é dividido em seções que fornecem uma visão abrangente do tema abordado. Inicialmente traz os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Em seguida, a seção sobre Educação Especial e inclusiva no Brasil contextualiza o cenário legal e histórico da Educação Especial, destacando o compromisso do país com a inclusão de todos os alunos. Após isso, a seção sobre Transtorno do Espectro do Autismo oferece uma compreensão sólida dos conceitos relacionados a essa condição, bem como a importância da inclusão no ambiente escolar. O seção cinco traz uma análise do processo de aprendizagem das crianças com TEA, fornecendo informações valiosas sobre como adaptar o ensino para atender às necessidades específicas desses alunos. Por fim, as considerações finais oferecem uma síntese eficaz de todo o estudo, permitindo que os leitores compreendam as principais conclusões e implicações da pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica através de leituras, pesquisas e transcrições textuais de autores nacionais e internacionais, obtidos por meio de artigos de revistas científicas, livros, manuais e legislação vigente, que abordam temas relacionados ao processo de aprendizagem de crianças autistas.

A pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica, de natureza qualitativa pois permite compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas. Trata-se de uma pesquisa que coleta informações e que não busca apenas medir um tema, mas descrevê-lo, usando impressões, estudos comparativos e seus pontos de vista (Barbosa; Figueiró, 2021).

Foram utilizadas, para pesquisa de artigos científicos das bases de dados Google Acadêmico, Periódicos Capes e SciELO. Além disso, livros, manuais, leis e políticas nacionais também serão consultados para construção do texto. Para busca nas bases de dados, foi aplicado um recorte temporal dos últimos cinco anos, contando de 2023. A pesquisa foi realizada empregando as palavras-chave autismo, educação especial e aprendizagem. Durante a pesquisa, as palavras-chave foram combinadas e interligadas com auxílio da partícula “AND”.

Foram considerados critérios de inclusão: trabalhos que abordavam a temática em questão. E os critérios de exclusão foram: trabalhos ou pesquisas

incompletos, textos que não estejam dentro da temática do trabalho, artigos que abordem a investigação do processo de aprendizagem em adultos ou no ensino superior.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BRASIL

Pensar em educação inclusiva é pensar numa educação para todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, devem ser recebidos de braços abertos nas escolas regulares. Estas instituições devem se adaptar para atender às necessidades variadas dos alunos, uma vez que se revelam como os meios mais eficazes para combater atitudes discriminatórias (UNESCO, 1994).

Contudo, é crucial ressaltar que a Educação Inclusiva vai muito além de simplesmente matricular o aluno com deficiência em uma escola ou turma regular com o objetivo de promover sua socialização. A verdadeira inclusão escolar adquire significado quando assegura tanto o ingresso quanto a permanência do aluno na escola, garantindo seu desempenho acadêmico. Isso só se torna possível por meio da atenção às particularidades individuais de aprendizagem e desenvolvimento de cada aluno (Glat *et al.*, 2007).

Dentro da perspectiva da educação inclusiva, a educação especial representa uma modalidade de ensino, sendo direcionada especificamente para alunos com deficiência física, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Em determinadas situações, como no caso de transtornos funcionais específicos, ocorre uma integração entre a educação especial e a educação comum, visando fornecer o atendimento específico que esses alunos necessitam, levando em consideração suas particularidades individuais (Silva, 2019).

A evolução na oferta de educação para indivíduos com necessidades especiais tem sido notável ao longo dos anos. No Brasil, após um extenso período de marginalização e negligência, observa-se uma transição significativa das escolas especiais para a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular. Agora, todos os estudantes são incentivados a frequentar as salas de aula do ensino regular, sem nenhuma exceção (Freitas; Souza, 2021).

De acordo com Freitas e Sousa (2021) a legislação brasileira de inclusão é reconhecida como uma das mais avançadas do mundo na proteção dos direitos das pessoas com deficiência. Dentre as normas que resguardam esses direitos no Brasil, destacam-se a Constituição Brasileira de 1988, que assegura o direito à educação de todas as pessoas, a igualdade de oportunidades para o acesso e permanência na escola, além de garantir "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 1988). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também desempenha um papel fundamental, como estabelecido em seu Artigo 4. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) reforçaram a oferta do atendimento educacional especializado e gratuito aos estudantes com necessidades especiais, com prioridade na rede regular de ensino. A partir dessas bases legais, as práticas educacionais inclusivas ganharam força no país (BRASIL, 1996), entre outras regulamentações que visam promover a inclusão e a igualdade de

oportunidades para todas as pessoas com deficiência.

A partir de 2003, o Brasil passa a adotar direcionamentos na gestão de sua política educacional pautados em uma perspectiva inclusiva, priorizando a matrícula dos estudantes PAEE em salas comuns de escolas públicas e privadas, com acompanhamento ou não de atendimentos especializados (Neves; Rahme; Ferreira, 2019).

O Censo de 2010 (IBGE, 2011) aponta que mais de 45 milhões de brasileiros declararam ter algum tipo de deficiência e diversas dessas condições podem ser acompanhadas de dificuldades de aprendizagem e/ou necessidade de adaptações no ambiente educacional.

Esses dados reforçam a necessidade urgente de se promover a igualdade de oportunidade para todos, visando a sedimentação de uma cultura inclusiva, da convivência plural e democrática e da “unidade na diversidade”. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) modificou o modo da escola olhar para o aluno nessa condição. A partir dela, o ensino passou a ser pautado na garantia dos direitos humanos, no respeito às individualidades, na igualdade de oportunidades (Benute, 2020).

Nesse sentido, especialmente no que se refere aos alunos incluídos dentro do espectro do autismo, a ideia principal é que as dificuldades e limitações trazidas pelas diferentes condições apresentadas em sala de aula sejam minimizadas pelo uso de recursos, serviços e estratégias diferenciadas que possam atender às necessidades de aprendizagem de cada aluno (Benute, 2020).

4 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O termo "autismo" foi citado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugene Bleuler em 1911 para se referir a uma perda de contato com a realidade, resultando em dificuldade ou incapacidade de se comunicar (Menezes; Machado; Smeha, 2015).

Em 1943, o psiquiatra Leo Kanner foi o primeiro a definir a síndrome autista após vários anos de observação de 11 crianças que eram inerentemente incapazes de formar emoções e relacionamentos. Além da incapacidade de formar conexões socioafetivas e resistência excessiva a mudanças no ambiente, os indivíduos autistas observados por Kanner apresentavam graves dificuldades de comunicação usando a linguagem (Menezes; Machado; Smeha, 2015).

Conforme Lord (2018), nos últimos 50 anos, o TEA passou de um distúrbio raro e estritamente definido com início na infância para uma condição permanente bem divulgada, defendida e pesquisada, reconhecida como bastante comum e que apresenta vasta heterogeneidade. A descrição das principais características do TEA como sendo déficits de comunicação social e comportamentos sensório-motores repetitivos e incomuns não mudou substancialmente desde seu delineamento original. Porém, o autismo agora é visto como um espectro que pode variar de muito leve a grave. No entanto, muitos (mas não todos) dos indivíduos com TEA requerem algum tipo de suporte ao longo da vida.

Por se tratar de um espectro, o fenótipo dos pacientes com TEA pode variar muito, abrangendo desde indivíduos com deficiência intelectual grave e baixo desempenho em habilidades comportamentais adaptativas, até

indivíduos com quociente de inteligência (QI) normal, que levam uma vida independente. Estes indivíduos também podem apresentar uma série de outras comorbidades, como hiperatividade, distúrbios de sono e gastrintestinais, e epilepsia (Oliveira; Sertié, 2017).

A interação social para alguns autistas acontece de forma atípica, há pouca resposta ao outro, principalmente com o contato visual, e a aproximação, muitas vezes, na tentativa de interagir, ocorre de forma inapropriada ou inadequada. Em determinadas situações sociais, como no recreio escolar ou no refeitório, é um desafio manter a reciprocidade e há uma dificuldade em entender as regras sociais e interpretá-las (Almeida, 2018).

Em um estudo observou-se que o cérebro do autista tem dificuldade de integração, ou seja, que diferentes partes do cérebro trabalhem juntas. Isso leva à dificuldade na realização de atividades complexas, afetando ainda a percepção sensorial, os movimentos e a memória (Harmon, 2015).

Sabe-se que as etiologias do autismo são múltiplas, bem como há comorbidades com outros distúrbios. Teoricamente, há explicações que apontam para causas orgânicas e mesmo outras que atribuem às causas ao caráter psíquico. Além disso, a idade materna e paterna de mais de 40 anos também foi descrita em alguns estudos como estando associadas a uma maior prevalência desse transtorno (Benute, 2020).

Embora se acredite que fatores ambientais, como infecções ou o uso de determinados medicamentos durante a gestação, tenham papel no desenvolvimento do transtorno, estima-se que o TEA seja hereditário em cerca de 50 a 90% dos casos, o que demonstra a importância dos fatores genéticos na patogênese da doença (Oliveira; Sertié, 2017).

Assim, como em outras deficiências, há também fatores de risco para a ocorrência do TEA dentre eles estão a prematuridade, malformação do sistema nervoso central, síndromes, infecções congênitas e outras ocorrências de histórico gestacional (Benute, 2020).

O diagnóstico do TEA é apoiado pelo Código Internacional de Doenças, décima edição (CID 10) e pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5. O referido diagnóstico é concluído por meio de observação clínica e de dados fornecidos pelos pais ou responsáveis, por anamnese e com a utilização de instrumentos de rastreamento, visto que não existem marcadores biológicos que definam o quadro (Mattos, 2019).

Nos últimos anos, as estimativas da prevalência do autismo têm aumentado dramaticamente. Nos Estados Unidos, por exemplo, de 1 para cada 150 crianças de 8 anos em 2000 e 2002, a prevalência do TEA aumentou para 1 para cada 68 crianças em 2010 e 2012, chegando à prevalência de 1 para cada 58 em 2014, mais que duplicando o número de casos durante esse período. Esse aumento na prevalência do TEA é, em grande parte, um resultado da ampliação dos critérios diagnósticos e do desenvolvimento de instrumentos de rastreamento e diagnóstico com propriedades psicométricas adequadas (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019).

O diagnóstico do TEA é baseado principalmente no quadro clínico do paciente, com critérios estabelecidos no DSM-5. Se detectado nos primeiros 36 meses, alguns dos sintomas, associados a intervenções de longo prazo, o prognóstico terá um impacto positivo, pois a idade no início do tratamento é um dos fatores determinantes para a sua melhor evolução (Steffen, 2019).

Os sintomas que devem ser observados para a suspeita do autismo

incluem contato visual anormal, falta de orientação para o nome, falta de uso de gestos para apontar e ou mostrar, falta de brincadeiras interativas, falta de sorriso, falta de compartilhar e falta de interesse em outras crianças. Sendo que, atrasos combinados de linguagem e sociais e regressão dos marcos de linguagem ou sociais são alertas precoces importantes a uma avaliação imediata (Steffen, 2019).

Diante deste quadro complexo, há necessidade de envolvimento e capacitação de vários profissionais, especialmente os educadores e psicólogos. No âmbito escolar, o foco principal é a inclusão de crianças com TEA e a superação das dificuldades de aprendizado que são impostas pela condição. (Menezes; Machado; Smeha, 2015).

5 PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TEA

Conforme destacado por Moreira (1999) a aprendizagem ressalta que a formação cognitiva humana se desenvolve por meio de uma relação dialética entre o indivíduo e a sociedade. Em outras palavras, a construção do conhecimento humano ocorre a partir das interações sociais que o sujeito mantém com o ambiente, as quais podem proporcionar experiências pessoais significativas. Segundo essa teoria, todo aprendizado é mediado, independentemente de se tratar de uma criança com ou sem deficiência.

No caso das crianças com autismo, enfrenta-se um desafio particular na promoção da aprendizagem, uma vez que essas crianças muitas vezes enfrentam dificuldades na comunicação e na interação social, o que pode afetar seu desenvolvimento global e sua capacidade de participar plenamente na sociedade. Nesse contexto, a importância da família no processo de aprendizagem da criança é fundamental para alcançar o sucesso. A colaboração e o apoio da família desempenham um papel crucial na criação de ambientes de aprendizado eficazes e na adaptação das estratégias de ensino às necessidades individuais da criança com autismo (Silveira *et al.*, 2021).

Os indivíduos com autismo, em sua maioria, apresentam dificuldades de aprendizagem e têm a necessidade de acompanhamento especializado para auxiliar sua vida escolar (Menezes; Machado; Smeha, 2015). A escola desempenha um papel fundamental no fomento da socialização e na criação de ambientes propícios para a aprendizagem. Para alunos com autismo, é essencial que pais, professores e a equipe pedagógica estejam engajados no processo de ensino e aprendizagem. Portanto, compreender e implementar práticas inclusivas é crucial ao lidar com estudantes que têm TEA (Freitas; Souza, 2021).

Para a aprendizagem das pessoas com autismo, é essencial proporcionar uma variedade de experiências em diferentes contextos, tanto em ambientes formais quanto não formais. Isso implica criar oportunidades para vivências e experiências compartilhadas em diversas esferas sociais. Além disso, é crucial estabelecer ambientes familiares e educacionais bem estruturados que ofereçam estratégias de mediação, adaptação e flexibilidade. Respeitar a condição individual de cada sujeito e compreender seu funcionamento cerebral único é fundamental para promover uma aprendizagem eficaz e inclusiva para pessoas com autismo. Adaptar as abordagens pedagógicas e o ambiente de aprendizado de acordo com as necessidades específicas de cada indivíduo é um passo importante na promoção do seu desenvolvimento e sucesso educacional (Silveira *et al.*, 2021).

Dentro das abordagens humanistas, é fundamental adotar uma abordagem que respeite o ritmo individual de cada estudante com autismo. Isso envolve motivar o aluno com carinho e compreensão, reconhecendo suas necessidades únicas e adaptando o ensino de acordo com essas necessidades. Essa abordagem centrada no aluno pode ajudar a promover um ambiente de aprendizado mais eficaz e acolhedor para crianças e jovens com TEA, permitindo que eles desenvolvam todo o seu potencial (Freitas; Souza, 2021).

As taxas epidemiológicas atuais demonstram que, a cada mil nascidos vivos, 16,8 crianças têm autismo, ou seja, uma pessoa diagnosticada a cada 59. Nesse panorama, é comum a presença de alunos com esse transtorno em classes regulares, o que, de fato, tem aumentado de forma expressiva nos últimos anos, no Brasil. Fato esse, que exige formação profissional específica que qualifique professores no trato efetivo desse público alvo (Nunes; Schmidt, 2019).

De acordo com Freitas e Sousa (2021) existem três abordagens que podem ser empregadas para proporcionar e facilitar a aprendizagem de indivíduos com autismo: ABA - Análise Aplicada do Comportamento; PECS - Sistema de Comunicação através de figuras; EACCH - Programa de Aprendizado Individualizado.

O método ABA se baseia em princípios do behaviorismo e é conhecida por ser um tratamento comportamental que se concentra em ensinar habilidades específicas às crianças, incluindo aquelas que podem não ter desenvolvido naturalmente. O PECS é um método de baixo custo utiliza cartões ou figuras para possibilitar a comunicação daqueles que não falam e, ao mesmo tempo, pode ser empregado para organizar a linguagem verbal das crianças que já possuem essa habilidade (Freitas; Souza, 2021).

Já o TEACCH, que significa "Tratamento e Educação para Crianças Autistas e com Distúrbios da Comunicação", é uma abordagem de intervenção que incorpora a avaliação PEP-R (Perfil Psicoeducacional Revisado) como parte de seu processo. Dentro deste método, a programação individualizada de cada aluno é uma ferramenta fundamental. Isso permite uma compreensão mais clara do que está acontecendo, uma vez que visualmente indica quais tarefas serão realizadas. Além disso, ensina a sequência e relação temporal entre as atividades, o que facilita o planejamento de ações e sua execução em ordem adequada (Cornelsen, 2007; Freitas; Souza, 2021).

De forma ampla, pode-se dizer que as estratégias metodológicas do educador precisam considerar tanto as diversidades de formas de aprender, assim como as diferentes formas de percepção dos estudantes com TEA (Benute, 2020). A criança com TEA aprende de maneira diferente das demais crianças. Existe uma relação diferente entre o cérebro e os sentidos, e as informações nem sempre se tornam conhecimento (Cunha, 2009).

As estereotipias, comuns no autismo, provocam atraso no desenvolvimento motor, principalmente nos movimentos finos. Dessa maneira, tudo passa a ter valor pedagógico: os usos, as habilidades e as atividades mais elementares da vida diárias devem ser colocadas como forma de exercício, buscando conhecimento funcional e mais destreza motriz (Cunha, 2009).

Em suma, a ênfase na educação de indivíduos autistas deve se concentrar no processo de aprendizagem, e não apenas nos resultados, já que o progresso nem sempre ocorre de forma rápida e como o esperado. Isso

destaca a importância da capacitação de educadores e outros profissionais envolvidos no ensino dessas desse alunado. É fundamental também avaliar e compreender o autista, incluindo sua capacidade de lidar com diferentes estímulos e seu limite de tolerância em sala de aula. Manter um sistema de registro individual é crucial para acompanhar de perto o progresso do indivíduo, permitindo a identificação de avanços e retrocessos em seu desenvolvimento. O foco deve estar em promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e adaptado às necessidades individuais, buscando o desenvolvimento contínuo desse e todo alunado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de aprendizagem de autistas é um desafio singular e complexo, que exige uma compreensão profunda das características do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e uma abordagem individualizada. O TEA é um termo que engloba uma ampla variedade de perfis, variando desde indivíduos não verbais com necessidades significativas de apoio até aqueles com habilidades excepcionais em áreas específicas. Portanto, é essencial reconhecer que não existe uma abordagem única que funcione para todos.

A comunicação é frequentemente um dos principais obstáculos no processo de aprendizagem de autistas. Alguns autistas podem ter dificuldade em compreender a linguagem verbal, enquanto outros podem ser não verbais. Nesses casos, estratégias de comunicação alternativa, como a comunicação por imagens ou dispositivos de comunicação assistida, podem ser cruciais para facilitar a expressão e compreensão.

Além disso, muitas pessoas com TEA têm sensibilidades sensoriais aguçadas. Luzes brilhantes, ruídos altos ou texturas desconfortáveis podem ser distrações ou causar ansiedade. A adaptação do ambiente para acomodar essas sensibilidades é uma consideração importante no processo de aprendizagem. Para muitos autistas, a rotina e a estrutura desempenham um papel crucial em seu aprendizado. Mudanças abruptas ou imprevisíveis no ambiente ou na programação podem ser perturbadoras e interferir no processo de aprendizagem. Portanto, manter uma programação consistente e previsível pode ser benéfico.

É fundamental levar em consideração os interesses específicos de cada indivíduo com TEA. Muitas vezes, os autistas têm hiperfocos, por exemplo em objetos, música, movimentos rotatórios etc. Incorporar esses interesses nas atividades de aprendizagem não apenas os mantém envolvidos, mas também pode ajudar a desenvolver habilidades essenciais. A inclusão social desempenha um papel crucial no processo de aprendizagem de autistas. Fomentar oportunidades para interações sociais positivas e o desenvolvimento de habilidades sociais, como compartilhar, cooperar e compreender as emoções dos outros, é fundamental.

Por fim, é importante ressaltar que o progresso no aprendizado de autistas pode ser gradual e individualizado. Celebrar cada conquista, não importa o quão pequena seja, é essencial. Com apoio adequado, uma educação inclusiva e abordagens adaptadas às suas necessidades específicas, muitas pessoas com TEA podem alcançar seu pleno potencial de aprendizado e contribuir de maneira significativa para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. S. A.; MAZETE, B. P. G. S.; BRITO, A. R.; VASCONCELOS, M. M. Transtorno do espectro autista. **Residência Pediátrica**, 2018.
- BARBOSA, A. B.; FIGUEIRÓ, R. Autismo: Como amenizar os sintomas através da alimentação e contribuir no processo ensino-aprendizagem. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, p. e25510615704-e25510615704, 2021.
- BENUTE, G. R. G. Transtorno do espectro autista (TEA): desafios da inclusão. **São Paulo: Setor de Publicações-Centro Universitário São Camilo**, v. 2, 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 1. Ed. Brasília: Ed. Ministério da Educação, 2008. 19 p.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.
- CHICON, J. F.; OLIVEIRA, I. M.; GAROZZI, G. V.; COELHO, M. F. C.; SÁ, M. G. C. S. Brincando e aprendendo: aspectos relacionais da criança com autismo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 41, p. 169-175, 2019.
- CORNELSEN, S. **Uma criança autista e sua trajetória na inclusão escolar por meio da psicomotricidade relacional**. Universidade federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- DIGARD, B. G.; SORACE, A.; STANFIELD, A.; FLETCHER-WATSON, S. Bilingualism in autism: Language learning profiles and social experiences. **Autism**, v. 24, n. 8, p. 2166-2177, 2020.
- FREITAS, S. D.; SOUZA, P. R. P. Educação inclusiva de crianças autistas na rede pública de ensino regular Inclusive education of autistic children in the public network of regular education. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 7, p. 65209–65227, 2021.
- GLAT, R.; PLETSCH, M. D.; FONTES, R. S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade Educação. **Revista do Centro de Educação**, vol. 32, núm. 2, 2007,
- HARMON, K. Autismo pode retardar habilidade do cérebro de integrar informações. **Scientific American Brasil**. 2015. Disponível em <http://www2.uol.com.br/sciam/noticias>. Acesso em 29 abr. 2023.
- IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LORD, C.; ELSABBAGH, M.; BAIRD, G.; VEENSTRA-VANDERWEELE, J. Autism spectrum disorder. **The lancet**, v. 392, n. 10146, p. 508-520, 2018.

MATTOS, J. C. Alterações sensoriais no Transtorno do Espectro Autista (TEA): implicações no desenvolvimento e na aprendizagem. **Revista Psicopedagogia**, v. 36, n. 109, p. 87-95, 2019.

MEDEIROS, D. S. As contribuições da análise do comportamento (ABA) para a aprendizagem de pessoas com autismo: uma revisão da literatura. **Estudos IAT**, v. 6, n. 1, p. 63-83, 2021.

MENEZES, G. B.; MACHADO, L. S. P.; SMEHA, L. N.. A atuação psicopedagógica diante do processo de aprendizagem de crianças com autismo. **Disciplinarum Scientia| Ciências Humanas**, v. 16, n. 1, p. 1-11, 2015.

MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.

NEVES, L. R.; RAHME, M. M. F.; FERREIRA, C. M. R. J. Política de Educação Especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva. **Educação & Realidade**, v. 44, 2019.

NUNES, D. R.P.; SCHMIDT, C. Educação especial e autismo: das práticas baseadas em evidências à escola. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, p. 84-103, 2019.

OLIVEIRA, K. G.; SERTIÉ, A. L. Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético. **Einstein (São Paulo)**, v. 15, p. 233-238, 2017.

SILVA, N. B. A. **Educação inclusiva: um estudo de caso de um aluno autista na educação infantil em Vila Velha – ES**. Dissertação. Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2019.

SILVEIRA, N. M. G.; SANTOS, L. K. F.; STASCXAK, F. M. Os desafios das crianças com autismo à Educação Inclusiva. **Ensino em Perspectivas**, [S. /], v. 2, n. 4, p. 1–12, 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Manual de Orientação – Transtorno do espectro do autismo. Nº 5**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria; 2019. 24 p.

STEFFEN, Bruna Freitas et al. Diagnóstico precoce de autismo: uma revisão literária. **Revista saúde multidisciplinar**, v. 6, n. 2, 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.